

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL EM ÁREA DE MANANCIAL DA REPRESA BILLINGS

Flavio Galio Araújo Dutra ¹
Raquel da Silva Pereira ²
Celso Machado Júnior ³

RESUMO

Este artigo aborda o Desenvolvimento Regional em um contexto complexo por ter como recorte territorial os bairros do município de São Bernardo do Campo inseridos em área de manancial da Represa Billings, responsável pelo abastecimento de água de uma ampla região no estado de São Paulo. Objetivou-se a identificação de fatores que pudessem ser usados na análise do desenvolvimento socioambiental da região, por meio de entrevistas com moradores de 17 bairros, tratados por análise de conteúdo. A pesquisa revelou que os municípios possuem pautas comuns de demanda por melhores serviços do Estado. Os principais fatores correspondem às áreas de saúde, educação, moradia, saneamento, meio ambiente e segurança pública. Os fatores identificados possuem diferentes complexidades e envolvem diversas áreas do poder público para serem atendidos, logo, a solução para os problemas socioambientais demandam a interação dos diferentes poderes de estado para serem sanados.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Socioambiental; São Bernardo do Campo; Mananciais; Billings.

SUSTAINABLE REGIONAL DEVELOPMENT IN THE BILLINGS DAM SPRING AREA

ABSTRACT

This article analyzes Regional Development in a complex context due to its territorial scope of neighborhoods in the municipality of São Bernardo do Campo located in the management area of the Billings Dam, responsible for the water supply of a large region in the state of São Paulo. The objective was to identify indicators that could be used to measure the socio-environmental development of the region, through a survey of secondary data and interviews with residents of 17 neighborhoods, treated by content analysis. A survey revealed that municipalities are being deprived of fundamental rights. The main indicators involve the areas of health, education, housing, sanitation, environment and public safety. Despite some impediments that require less effort to resolve, such as those arising from the legislation in force in the region, there are others that are too complex and require time and political will to overcome, such as the conflict between owning a home and environmental preservation.

KEYWORDS: Regional Development; Socio-environmental Development; São Bernardo do Campo; Watershed area; Billings.

¹ Doutor em Administração / Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar; flaviogalio@ufdpar.edu.br

² Doutora em Ciências Sociais / Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS; raquel.pereira@online.uscs.edu.br

³ Doutor em Administração / Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS; celso.junior@online.uscs.edu.br

DESARROLLO REGIONAL SOSTENIBLE EN EL ÁREA DE PRIMAVERA DE LA PRESA DE BILLINGS

RESUMEN

Este artículo analiza el Desarrollo Regional en un contexto complejo por su alcance territorial de barrios del municipio de São Bernardo do Campo ubicados en el área de gestión de la Presa Billings, responsable por el abastecimiento de agua de una gran región del estado de São Paulo. El objetivo fue identificar indicadores que pudieran ser utilizados para medir el desarrollo socioambiental de la región, a través de un levantamiento de datos secundarios y entrevistas a vecinos de 17 barrios, tratados mediante análisis de contenido. Una encuesta reveló que los municipios se ven privados de derechos fundamentales. Los principales indicadores involucran las áreas de salud, educación, vivienda, saneamiento, medio ambiente y seguridad pública. Pese a algunos impedimentos que requieren menos esfuerzo para resolverse, como los derivados de la legislación vigente en la región, hay otros que son demasiado complejos y requieren tiempo y voluntad política para superarse, como el conflicto entre ser propietario de una vivienda y preservar el medio ambiente.

PALABRAS CLAVE: Desarrollo regional; Desarrollo Socioambiental; San Bernardo del Campo; muelles; Facturaciones.

INTRODUÇÃO

Os aspectos regionais se apresentam como uma condição necessária a ser considerada no fortalecimento de economias em menor escala, que potencializam a melhoria da qualidade de vida e a criação de oportunidades para a população local. As primeiras teorias desenvolvidas destinadas a diagnosticar e estimular o desenvolvimento no contexto subnacional datam da década de 1950 (Madureira, 2015), e se inserem na crescente abordagem sobre o desenvolvimento de sub-regiões (Brandão, 2012).

A área de estudo que aborda o desenvolvimento regional e nacional também incorpora o desafio de superar a pobreza, inclusive em países mais desenvolvidos que discutem quais práticas seriam capazes de reduzir as desigualdades sociais (Souza *et al.*, 2021; Stiglitz, 2012). Nesta perspectiva, as teorias clássicas atreladas ao enfoque econômico são contrapostas por uma nova abordagem que incorpora o conceito de Desenvolvimento Regional (DR), o qual consubstancia a economia, as perspectivas sociais e ambientais, estabelecendo, assim, o desenvolvimento sustentável (Santos, 2013).

As políticas adotadas para impulsionar o desenvolvimento brasileiro são comumente equivocadas por priorizarem as regiões já desenvolvidas, em detrimento dos locais que apresentam estagnação ou atraso em seus processos desenvolvimentistas (Araújo, 2006). Neste contexto, Herrera (2006) propõe que as ações governamentais priorizem as áreas de infraestrutura e as sociais, como estímulo para gerar trabalho e renda. Esta abordagem vai ao encontro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), destinada à redução da desigualdade econômica e social entre diferentes regiões (Brasil, 2021).

A segregação espacial atua como condicionante para os índices de desigualdade urbana e metropolitana, já que “(...) a diferenciação entre áreas intraurbanas, em termos de infraestrutura, segurança, disponibilidade de espaços públicos, entre outros, influencia os níveis de bem-estar de pessoas e famílias” (IPEA, 2015, p. 9). Assim, a compreensão da correlação existente entre água, energia e alimentos é um fator que auxilia nas decisões políticas de mitigar as vulnerabilidades sociais (Urbinatti *et al.*, 2023).

A vulnerabilidade social, para determinadas regiões, possui como fator de influência o adensamento social (Souto Maior; Cândido, 2014; Borelli; 2012). Relação esta evidenciada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP ao propor o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, que se destina a facilitar, para o gestor público, o estabelecimento de planejamento e ações voltadas a atender as necessidades dos mais vulneráveis (SEADE, 2011). Apesar da relevância do tema, não se identifica na academia estudos que tratem da preservação de mananciais hídricos, como fator de mitigação da vulnerabilidade social e DR. Fato este identificado pela busca de publicações nas bases científicas Scopus e *Web of Science* utilizando como descriptores os temas apresentados no parágrafo anterior.

No município de São Bernardo do Campo (SBC), um dos mais urbanizados do Brasil, localiza-se a Área de Preservação e Recuperação de Mananciais – Billings (APRM-B), também presente nos demais municípios que rodeiam a Represa Billings. A APRM-B, comporta 23,7% dos habitantes do município (PMSBC, 2018), de uma população de 810.729 pessoas (IBGE, 2023). A relevância da área da APRM-B se evidencia na Lei Estadual N° 13.579/2009 (Lei da Billings) que disciplina ações voltadas para a maximização da qualidade e da quantidade de água da Billings, por meio da regulamentação das ações públicas e privadas, que proporcionam uma dinâmica de (sub)desenvolvimento diferenciada (São Paulo, 2017).

A APRM-B se posiciona como uma região caracterizada por uma rápida urbanização e desmatamento (Capobianco; Whately, 2002), com impactos significativos em seu reservatório hídrico e no descarte clandestino de esgotos residenciais e industriais (Begalli, 2013). Destas ocorrências adversas originam-se os assentamentos precários, caracterizados pelas áreas urbanas ocupadas por moradores de baixa renda, com condições habitacionais inadequadas.

Após levantamentos iniciais e observada a lacuna na literatura em relação a pesquisas sobre adensamento social com o efeito adverso da vulnerabilidade social, especialmente a ocorrência desse fenômeno na APRM-B, identificou-se como oportuno investigar a compreensão sobre como a vida das pessoas desta área está sendo afetada (Batalhão *et al.*, 2018; Gor; Gitau, 2010), sobretudo as que residem em domicílios de risco ambiental, em proximidade a cursos d'água (Alves, 2006). Contexto este, do qual emana o objetivo de identificar indicadores que possam ser usados na medição do Desenvolvimento Socioambiental da Área de Preservação e Recuperação de Mananciais.

Este artigo apresenta, além desta parte introdutória, a Revisão de Literatura, seguida pelos itens de Aspectos Metodológicos, Resultados e Discussão, e encerra com as Considerações finais.

REVISÃO DE LITERATURA

As atuais abordagens sobre DR tentam corrigir a fragilidade das tradicionais, uma vez que evitam identificar uma região a partir de uma fronteira previamente delimitada por instituições que desprezam a existência de complexidades, como as relações entre os atores sociais, o mercado local e a apropriação da natureza (Gomes, 2011; Madoery, 2001).

Sen (2000) enfatiza uma situação que surge quando os indivíduos de uma dada região usufruem de liberdades individuais e, segundo ele, é nessa condição que o desenvolvimento começa a se concretizar. Higgins e Savoie (2017) defendem que as análises regionais e de sub-regiões servem, inclusive, para o fortalecimento dos resultados nacionais, por favorecerem os diálogos e a coordenação de ações dos governos, em seus diferentes níveis - federal, estadual e municipal (e sub municipal, quando for o caso), sendo corroborados por Grillitsch e Sotarauta (2020), que compreendem o DR a partir de intervenções no nível micro. Não há nenhuma garantia de que boas performances nacionais ocasionem igual performance nas sub-regiões (Higgins; Savoie, 2017).

Os caminhos que favorecem o DR não são provenientes das ações de um único ator, mas sim da interação de alguns deles (Bristow; Healy, 2020), e é fundamental que haja um engajamento de atores com diferentes atuações em variados setores (Grillitsch; Sotarauta, 2020) no sentido do atingimento de metas.

Iammarino, Rodríguez-Pose e Storper (2017), em estudo feito na Europa, alertam para o perigo de se ignorar as desigualdades regionais e identificam duas forças atuantes para a presença dessa desigualdade: a proveniente da lógica de mercado, na qual os investimentos tendem a acontecer nas regiões com maiores dinâmicas econômicas; e o *status quo* social, que tende a manter a estagnação de uma sub-região pela histórica ausência de aproveitamento das habilidades e vocações presentes no local.

Em algumas situações, o *status quo* de atraso é mantido intencionalmente pela presença de bloqueios político-institucionais que impedem a consolidação de qualquer mudança proposta e, quando isto acontece, diz respeito à coalizão de diferentes atores (formuladores de políticas públicas, empresários etc.) que preferem manter estabilizado o *status-quo* existente (Bellandi; De Propis; Santini, 2018).

Gennaioli *et al.* (2013), corroborados por Bristow e Healy (2020), argumentam que as estratégias de desenvolvimento de sub-regiões mais assertivas partem da premissa de que é necessário um adequado plano de articulação e de integração entre os diversos atores sociais presentes na região. Faggian, Modrego e McCann (2019) defendem a importância que o capital humano exerce sobre o desempenho de uma região e a necessidade de esse capital humano interagir fortemente com as externalidades presentes, indicando ser este um caminho, mais do que viável, necessário.

Estas estratégias partem do reconhecimento das vantagens de um processo ascendente, no qual a ideia do DR é impulsionada pelos atores locais (e não pelos governos ou outros atores), pelo fato de eles conhecerem melhor a realidade local, pois nele as ações são orientadas prioritariamente para as necessidades e objetivos da população, com menor preocupação para o atingimento de metas externas (Tödtling, 2020).

Os anos 1950 são identificados como aqueles nos quais surgiu um variado número de estudos científicos voltados para a compreensão do DR (Higgins; Savoie, 2017). Madureira (2015) cita que, após a II Guerra Mundial, no processo de reconstrução dos países por ela afetados, foi feita uma separação entre crescimento econômico (aumento da renda per capita) e desenvolvimento econômico (melhoria da qualidade de vida das pessoas), o que permitiu ampliar a perspectiva de tais estudos.

As características das sub-regiões são mais bem identificadas a partir de uma metodologia que não evidencie apenas dados econômicos, pois tal métrica, exclusivamente, é incapaz de fornecer parâmetros robustos sobre o desenvolvimento, por não captar os aspectos sociais do desenvolvimento (Jannuzzi, 2002).

Tanto os autores nacionais como os internacionais são unâimes em defender que o caminho para o DR deve ter uma abordagem múltipla, na qual devem ser considerados elementos que vão muito além de medidas econômicas clássicas, como a incompleta medição da geração de renda (Pereira *et al.*, 2017; Ratti, 2019).

A composição de elementos multidisciplinares na medição de avanços no desenvolvimento de um lugar demonstra a presença de uma nova compreensão econômica que incorpora aspectos humanos e sociais como essenciais para uma abordagem mais completa, complementados ainda pelos aspectos ambientais. Os aspectos humanos, sociais e ambientais são materializados por uma qualidade de vida adequada, condições de moradia digna, segurança e preservação dos direitos do cidadão, ocupação e geração de renda, preservação ambiental e urbana, democratização do uso da estrutura urbana e dos serviços públicos.

Um relevante exemplo desta dimensão múltipla como metodologia avaliativa pode ser observado no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), índice criado pelo IPEA. Com o objetivo de medir a vulnerabilidade nos aspectos sociais, o IVS detalha as condições de vida da população brasileira, considerando todas as divisões socioeconômicas, e indicando aquelas com maior exposição ao risco social (Quadro 1). Sua metodologia de cálculo é formada pela junção de três subíndices: indicadores de infraestrutura urbana; capital humano; e renda e trabalho (IPEA, 2015).

Quadro 1 - Exemplo de indicadores usados no IVS, em cada dimensão

Dimensão	Indicador
Infraestrutura Urbana	Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados.
	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.
Capital Humano	Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família.
	Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo (2010), na população total dessa faixa etária.
	Mortalidade até um ano de idade.
Renda e Trabalho	Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos.
	Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo (de 2010) e dependentes de idosos.
	Taxa de desocupação da população de 18 anos de idade ou mais.

Fonte: adaptado de Ipea (2015).

Nota-se que as três dimensões presentes no IVS abarcam diferentes situações que podem colaborar para a melhor compreensão da vulnerabilidade social (ou seu risco), medindo variáveis que possuem significado importante para os objetivos do IVS. Quando existe o reconhecimento das especificidades locais e um movimento organizado no sentido de melhor explorá-las, ocorre uma abordagem do desenvolvimento denominada de endógena, pois nela é considerada a importância dos atores locais para utilizar, executar e valorizar os recursos locais, bem como suas capacidades de controlar o processo de acumulação e suas autonomias (Araújo, 2014).

Com isso, há um reposicionamento do papel do território, em que o desenvolvimento é viabilizado não porque este território é visto como capaz de atrair eventos econômicos dinâmicos, mas sim por ter a capacidade de, internamente, gerar demandas econômicas em que os atores principais são os que agem localmente, munidos de autonomias necessárias para poderem, se necessário, criar ou antecipar um acontecimento histórico de repercussão positiva no local (Bramanti; Ratti, 2015).

A partir desta abordagem, parece inerente a qualquer proposta de intervenção desenvolvimentista regional a necessidade de evidenciar as potencialidades presentes na região, demonstrando que as intervenções para fomentar seu desenvolvimento devam ser orientadas pela realidade local.

Em consonância com as novas abordagens dos estudos regionais na Europa (Healy, 2020; Bristow; Grillitsch; Sotarauta, 2020; Bellandi *et al.*, 2018; Iammarino *et al.*, 2017; Sotarauta, 2016; Dawley, 2014) e nos Estados Unidos (Storper, 1997), muitos pesquisadores brasileiros (Muls, 2008; Braga, 2002; Martins, 2002; Barquero, 2001; Amaral Filho, 2001) também passaram a adotar o aspecto endógeno para fortalecer um modelo de desenvolvimento em que o tradicional caminho *top-down* como estratégia foi substituído por abordagens focadas nas potencialidades das localidades menores.

Com ela há um enriquecimento da compreensão do desenvolvimento humano, já que as liberdades das pessoas (Sen, 2000) são explicadas pela avaliação de como realmente elas estão vivendo, sem haver uma preocupação com algum ideal de vida humana pré-estabelecido (Bellingieri, 2017; Santos, 2018). Neste contexto, Jannuzzi (2009) classificou esses indicadores segundo a área temática (Quadro 2).

Quadro 2 - Indicadores sociais, segundo suas áreas temáticas

Área Temática	Exemplos
Indicadores de Saúde	Percentual de crianças nascidas com peso adequado
Indicadores de Educação	Escolaridade média da população de 15 anos ou mais
Indicadores de Mercado de Trabalho	Rendimento médio real do trabalho
Indicadores Demográficos	Taxa de mortalidade
Indicadores Habitacionais	Densidade de moradores por domicílio
Indicadores de Segurança Pública e Justiça	Roubo à mão armada por cem mil habitantes
Indicadores de Infraestrutura Urbana	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública
Indicadores de Renda e Desigualdade	Nível de pobreza

Fonte: adaptado de Jannuzzi (2009).

Por sua vez, Leite (2020) apresenta os indicadores sociais a partir de uma divisão genealógica, na qual são agrupados em 1^a, 2^a e 3^a geração. Os indicadores sociais de 1^a geração são aqueles baseados no Produto Interno Bruto (PIB) e no PIB per capita (anos 1950), e os de 2^a geração são aqueles baseados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (anos 1990), os quais reconhecem que crescimento econômico não é, necessariamente, sinônimo de desenvolvimento. Quanto aos indicadores sociais de 3^a geração (Quadro 3), o autor afirma que eles passaram a ser usados a partir dos anos 2000 e creditam às políticas públicas um importante papel de ferramenta prática para melhorar a interlocução entre os atores sociais que atuam num dado território, no sentido de produzir informações úteis e confiáveis.

Quadro 3 - Índices e Indicadores Sociais

Índice	Proponente	Ano
Contas Nacionais de Bem-Estar	Kahneman	2004
Happy Planet Index - HPI	New Economic Foundation	2006
Índice de Oportunidade Humana	Banco Mundial	2009
World Happiness Report	ONU	2012
Indicador de Progresso Genuíno	Kubiszewski	2013
Projeto "PIB e Além"	Comissão Europeia	2013
Projeto Global para a Medição do Progresso das Sociedades (Índice para uma Vida Melhor)	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE	2013
Índice de Progresso Social - IPS	Michael Porter	2013
Relatório de Competitividade Global	Fórum Econômico Mundial	2015
Índice de Prosperidade Legatum	Legatum Institute	2018

Fonte: adaptado de Tomaney (2017).

A partir da análise dos índices encontrados na literatura, optou-se por uma aproximação ao Índice de Progresso Social - IPS, como framework que serviu para nortear o alcance dos objetivos aqui pretendidos, pois, segundo Fehder e Stern (2013), o IPS é capaz de mapear diferentes particularidades do progresso social e de apresentar, de forma transparente, uma ampla variedade de medidas de resultado social.

Nestes recentes indicadores sociais, o termo “social” aparece associado ao “ambiental”, embora as duas dimensões sejam tratadas isoladamente no conceito de desenvolvimento sustentável (UNCED, 1987). É ampla a quantidade de propostas de trabalhos voltadas para a medição de desempenho que fundem os termos e os tratam como pauta socioambiental (Almeida, 2010; Gomes, 2011; Gamba; Ribeiro, 2012; Souto Maior; Cândido, 2014; Queiroz; Morais; Aloufa, 2019).

Cabe ressaltar que, em algumas situações, a relação homem/meio ambiente se dá mediante conflitos de difícil solução, pois, embora os indivíduos reconheçam a importância da preservação ambiental, não podem agir completamente nesta direção, uma vez que são invisíveis ao planejamento das políticas públicas (Galvão; Tedesco, 2022), o que lhes ocasiona diversos tipos de exclusão.

Assim, é notória a importância da construção de qualquer estratégia que seja voltada para a mitigação do processo de degradação da APRM-B, já que ficou evidente, ao longo da literatura consultada, que apenas a regulamentação da supracitada área de preservação não foi suficiente para a criação e manutenção de um cenário socioambiental adequado.

O diagnóstico socioambiental recente da região aponta para a existência de tensões que, direta ou indiretamente, constituem-se como obstáculos para o progresso da qualidade de vida das pessoas que ali vivem, especialmente aquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Pelo fato de o presente estudo se desenvolver em uma área de manancial, foi necessário ainda um olhar crítico sobre a Lei da Billings para que se pudesse entender de que forma essa legislação poderia influenciar o caminho a ser percorrido na pesquisa. A partir dela, constatou-se haver restrições que diferenciam o território da APRM-B do restante do município de SBC.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Considerando a ausência de estudos que tenham levantado quais fatores seriam considerados importantes sob a ótica da população de SBC, em especial, a inserida na APRM-B, usou-se a estrutura adotada pelo IPS como ponto de inspiração para atingir o objetivo proposto.

Fez-se uma verificação dos diversos índices e indicadores criados e usados para medição de avanços nas áreas social e ambiental (Quadro 3) com os quais se teve contato ao longo desta pesquisa, bem como o conteúdo dos objetivos definidos na Lei da Billings e o posterior confronto com as informações provenientes dos dados coletados em campo. Assim, a escolha dos fatores partiu da literatura consultada, que possibilitou elencar temas comumente utilizados em propostas de medição nas áreas social e ambiental. Mesmo que alguns desses temas não tenham sido relatados pelos participantes da pesquisa como problemáticos, eles foram mantidos pelo suporte teórico mencionado.

Posteriormente, esse rol inicial de indicadores foi enriquecido pelas informações capturadas em campo. Fez-se um esforço no sentido de entender a factibilidade do uso desses indicadores devido à sua disponibilidade (ou não) para uma subárea, como é o caso do locus de pesquisa aqui definido, inicialmente delimitado em 21 bairros de SBC que margeiam a represa Billings. A escolha desses 21 bairros deu-se pelo fato de serem os que, dentro do município de SBC, estão inseridos na APRM-B.

Registra-se que quatro bairros foram excluídos por dois motivos distintos: por terem características muito parecidas com outro(s) bairro(s) vizinho(s), conforme verificado na pesquisa de campo, ou por serem bairros majoritariamente ocupados por atividades comerciais (chácaras para locação, pesque-pague, motéis etc.) e com baixa densidade populacional, o que não contribuiria para o atingimento do objetivo desta pesquisa. Registre-se que a decisão de redução de quatro bairros foi tomada também pelo fato de a pesquisa ter ocorrido em época de pandemia da Covid19. Após análises feitas pelos pesquisadores deste estudo e conversas com representantes da região estudada, entendeu-se que tal exclusão não traria impacto significativo para este estudo.

A coleta de dados e amostra

A coleta de dados em campo foi iniciada com quatro visitas a diferentes bairros, durante as quais foram realizadas rodadas de conversa com moradores da região, previamente contatados por indicação de um representante comunitário identificado a partir da indicação dos moradores, manifestada nestas visitas. Nas conversas, também foram explorados, a partir da visão de cada participante, os pontos de melhoria pelos quais o local deveria sofrer mudança.

O perfil dos entrevistados foi definido exclusivamente com pessoas que possuíssem conhecimento mais aprofundado da realidade local, a partir de suas atividades cotidianas e/ou por transitarem em diferentes territórios, tais como: agentes de saúde, assessores parlamentares, presidentes de associações de bairros ou outras lideranças semelhantes, representantes de sindicatos de categorias com atuação no território, bombeiros e policiais, líderes religiosos, voluntários com atuação local, dentre outros com perfil semelhante. Para tanto, observou-se a necessidade de que cada entrevistado fosse capaz de emitir opiniões pessoais com qualidade e detalhamento acerca das pautas investigadas, bem como a capacidade de captar e transmitir a percepção de outras pessoas residentes no mesmo local.

No total, foram realizadas 17 entrevistas e o acesso às pessoas entrevistadas se deu de duas formas distintas. Fez-se uso da técnica Snowball, uma amostragem não probabilística em que a pessoa entrevistada é acessada por indicação de outra. A outra forma de acessá-las se deu a partir das visitas feitas aos bairros e pela identificação de sujeitos dentro do perfil definido, com posterior abordagem e explicação do objetivo da entrevista, seguido do convite para participarem da pesquisa.

As entrevistas realizadas renderam 923 minutos de áudio, que foram transcritos e geraram 636 páginas. Para o uso de softwares, o ideal é ter, no mínimo, um banco de dados com 500 páginas (Creswell, 2014). Assim, usou-se o software NVivo, versão 11, com suporte para a análise de conteúdo descrita a seguir.

Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo é “(...) um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa” (Fonseca Júnior, 2006, p. 280), interpretando e decodificando a mensagem no sentido de conhecer como o conteúdo se constrói. Nesta metodologia, os dados são obtidos a partir de mensagens de textos escritos (Hair Jr. *et al.*, 2005).

No percurso metodológico desta pesquisa usou-se o modelo fechado para a categorização, ou seja, as análises das entrevistas foram iniciadas já com as categorias definidas (Laville; Dionne, 1999). A razão para esta definição foi a de aproveitar o framework do IPS, no qual constam 12 categorias de análise, adaptadas nesta pesquisa da seguinte forma: nutrição e saúde básica; água e saneamento; moradia; segurança pessoal; acesso à educação básica; acesso à informação e comunicação; saúde, bem-estar, lazer e cultura; ecossistema e sustentabilidade; direitos pessoais; liberdade individual e escolha; tolerância e inclusão; e acesso à educação superior ou profissionalizante.

As unidades de registro podem obedecer a critério semântico, quando se opta por fazer a separação por temas específicos (Bardin, 2016). Nesta pesquisa, a separação foi feita por ideias constituintes provenientes da literatura e do IPS, que serviram de guia para a análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciaram a existência de problemas socioambientais na Área de Preservação e Recuperação de Mananciais – Billings APRM-B, que potencialmente limitam o desenvolvimento da região.

A partir do roteiro de entrevista e da literatura utilizada, foram consultados vários temas (saúde, educação, moradia, ocupação, meio ambiente, segurança pública, saneamento, cultura etc.) e como resposta, obtiveram-se manifestações dos entrevistados que permitiram a inferência de que existem, dentre os temas consultados, aqueles que são mais relevantes, suscitando urgência em uma intervenção, e outros aparentemente em situação mais aceitável pela população. A seleção dos temas relevantes foi resultante da frequência de sua aparição, adotando-se o critério de intensidade e regra da representatividade (Bardin, 2016). Assim, na sequência, apresenta-se as abordagens identificadas, quais sejam: saúde pública, educação, saneamento básico, violência urbana e degradação urbana.

O primeiro tema a ser comentado é a saúde pública, pauta que se mostrou bastante importante, pois as manifestações dos entrevistados evidenciaram (quantitativa e qualitativamente) uma carência, tanto em relação ao acesso à saúde básica (Unidade Básica de Saúde - UBS), quanto em relação às Unidade de Pronto Atendimento (UPAs) e ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. Todos os 17 entrevistados fizeram manifestações desfavoráveis referentes ao acesso aos serviços de saúde, seja pela distância a ser percorrida até o local de oferta dos serviços, seja pela qualidade dos serviços disponibilizados, ou ainda pela demora nos atendimentos.

Os indicadores de saúde são essenciais para a mensuração do desenvolvimento de um lugar, especialmente sob a abordagem socioambiental. As críticas feitas pelos entrevistados revelam que as carências na área de saúde são muitas e representam um obstáculo ao desenvolvimento socioambiental daquela população. Contexto este que vai ao encontro da necessidade de acesso universal à saúde, independentemente da classe social, conforme propõem Buss *et al.* (2012, p. 1486), ao afirmarem que “O desenvolvimento sustentável é coerente com políticas de cobertura universal por meio de sistemas de saúde integrais, equitativos e de qualidade”.

Com a identificação da falha na prestação dos serviços de saúde, infere-se que a baixa eficácia desta atividade reside no planejamento das políticas e programas de governo. Os entrevistados sinalizaram que, se houvesse mais UBSs e UPAs, a população teria melhor atendimento. Este cenário identificado se ampara na abordagem de Jannuzzi (2002), que alertou sobre a importância do adequado planejamento para o sucesso de programas de saúde pública.

Outra carência observada como significativa está relacionada à educação, em especial ao Ensino Médio (EM) e ao acesso ao Ensino Superior (ES). A Educação Básica (Ensino Fundamental) foi bem avaliada e não foi percebida como limitadora para o desenvolvimento da população. As escolas de EM foram mencionadas como possuidoras de problemas (15 dos entrevistados), desde um ambiente físico opressor (presença de grades, comparadas por alguns a uma casa de detenção), passando pela estrutura física geral inadequada (instalações velhas e mal-conservadas), prosseguindo por uma má qualidade do ensino, relacionada a professores despreparados, e culminando com uma gestão escolar pouco próxima das famílias dos adolescentes. Diz-se que, como produto dessa situação, ocorre enorme evasão escolar, contato com drogas e posterior vício entre os estudantes, bem como elevado número de gravidez na adolescência. A manifestação dos entrevistados posiciona a escola não apenas como um local de aprendizagem, mas também de formação social, neste caso, com falhas desencadeadoras de problemas para a formação do cidadão.

Vale destacar a ênfase dos entrevistados nas ocorrências de gravidez na adolescência, com impacto imediato no baixo rendimento escolar, e no médio e longo prazo, com a impossibilidade de prosseguir estudando, de buscar melhores oportunidades e explorar todo seu potencial, o que determina fortemente o futuro das jovens mães.

Quanto ao acesso ao ES, verificou-se que esse é dificultado por diferentes fatores e é, portanto, uma carência social importante na região. Um dos impeditivos existentes para o jovem acessar o ES é a ausência de vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas que permitam a esse jovem (considerando seu perfil socioeconômico) assegurar uma dessas vagas. Sabe-se que este fenômeno não é exclusividade do presente locus de pesquisa, mas o fato de as vagas em IES públicas serem ocupadas por alunos provenientes de escolas particulares se revelou um obstáculo difícil de ser transposto (88% das manifestações). A pouca condição de acessar o ES condena os jovens a uma exclusão nem sempre evidente e de fácil identificação: um evento segregativo e excluente. Quando esse jovem está condenado a não acessar as melhores oportunidades, está deixando de acontecer o alcance das liberdades mencionadas por Sen (2000).

Dentro das questões relacionadas ao acesso a melhores oportunidades, constatou-se ser relevante a pauta “qualificação profissional”. Ficou evidente que a ausência de programas desse tipo, principalmente gratuitos e voltados para os jovens, torna-se um impedimento para a população atingir seu potencial de capacitação e formação em nível superior, conforme proposto por Fehder e Stern (2013). O fato de não haver um plano público organizado de fomento à qualificação profissional estabelece desvantagem aos seus moradores quando comparado com o restante do município. A partir das manifestações dos participantes sobre a ausência de uma política pública voltada para a qualificação profissional dos jovens, com cursos que promovam formação diversa, focados em ingresso e manutenção em uma profissão, identificou-se um limitador de maior peso do que as dificuldades encontradas para o acesso ao ES.

Outra carência relatada é a baixa oferta de esporte, lazer e cultura. Os temas são independentes, mas, a depender da política de governo, podem ser tratados em pastas únicas. De acordo com os relatos apresentados, são temas importantes para a população, mas com baixo investimento público, restringindo-se a uma praça com estrutura mínima para prática de esporte. Constatou-se que as praças de esporte não existem em todos os bairros e, quando existem, contemplam apenas a prática de poucos esportes, como o futsal e o skate, esportes praticados por jovens do sexo masculino, limitando, assim, a participação feminina nestes locais.

O pouco acesso à educação formal e profissional, bem como ao lazer, esporte e cultura, é um elemento que estabelece limitações ao desenvolvimento pessoal e profissional, corroborando com a abordagem de Borelli (2012), que associou a ausência desses elementos a uma condição de vulnerabilidade social, por alimentar a diferença entre classes sociais e dificultar o usufruto dos equipamentos públicos, por parte daqueles economicamente mais frágeis.

O saneamento básico, posicionou-se como uma pauta relevante para a população, aparecendo associado aos depoimentos relacionados à saúde pública e às boas práticas ambientais. Observou-se que 75% das manifestações foram desfavoráveis e sinalizaram três itens críticos, a saber: a ausência de saneamento em muitos bairros, com despejo de esgoto diretamente na represa Billings; a cobrança pelo serviço de saneamento, mesmo não o ofertando e; o alto valor cobrado pela concessionária prestadora do serviço. Este cenário mostra uma injustiça, que é a cobrança por um serviço que a população não possui acesso.

Na ausência do saneamento, as pessoas ficam mais expostas a doenças, bem como mais propensas a atuar como poluidoras do meio ambiente, pois os esgotos produzidos em suas residências são despejados direta ou indiretamente na Billings ou em vias públicas. Além da queixa da pouca eficiência do poder público em reverter essa situação, foi relatada uma piora do quadro pelo avanço das ocupações irregulares que, exatamente por serem construídas à margem da lei, têm seus esgotos lançados a “céu aberto”. Essa situação corrobora com Capobianco e Whately (2002), que haviam identificado que pouco mais de 10% da população do entorno da Billings encontrava-se em áreas com condições de oferecer estrutura urbana capaz de minimizar o impacto ambiental, ou seja, que quase 90% dessa população estava inserida em áreas com algum tipo de restrição ambiental.

De forma análoga, os achados nesta pesquisa também se assemelham aos de Alves (2006) que, após o mapeamento das pessoas em vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de São Paulo, chegou à conclusão de que a vulnerabilidade era maior na medida em que as pessoas moravam mais próximas de cursos d’água e sem cobertura de saneamento.

Usou-se a abordagem de precariedade (ausência de documento de posse do domicílio, combinada com condições inadequadas de acesso à água e energia elétrica, de saneamento básico, dos serviços de coleta de lixo e alguma restrição na ocupação do solo) nos domicílios, conforme definida pelo IBGE (2020), que diz respeito aos Aglomerados Subnormais, identificados como grande adensamento de ocupações irregulares, como as identificadas em diferentes bairros da pesquisa.

Com relação à violência urbana, identificou-se que o direito de ir e vir das pessoas residentes nos bairros investigados pode estar ameaçado pela sensação de insegurança que as pessoas manifestam. Embora os entrevistados tenham manifestado orgulho do local onde moram, paradoxalmente também foi observado um descontentamento com a pauta “segurança pessoal”, uma vez que 12 fontes manifestaram tal situação. Os relatos de insegurança manifestados incluíam desde as delinquências (furtos, assaltos), passando pelas brigas interpessoais (de menor gravidade) e linchamentos (maior gravidade), até chegar às violências que têm conexão com crime organizado (tráfico de drogas, cargas roubadas).

A manifestação de insegurança incorpora diferentes violências urbanas, presentes no cotidiano das pessoas que vivem em locais nos quais essas atividades acontecem e que, para elas, os atos ilícitos não são interpretados como tal, por não haver uma aparente e notória violência, sendo considerados aceitáveis por 12 entrevistados.

Outra constatação do estudo diz respeito à degradação urbana, tratada como degradação ambiental. Verificaram-se os níveis de educação ambiental da população residente e a atuação dos órgãos de fiscalização ambiental na região. Existe, em parte do território investigado, a proibição de novas construções como forma de barrar o desmatamento e as agressões à Billings. Isso faz com que exista uma maior fiscalização dos órgãos ambientais (nem sempre eficaz), provocando a população residente a debater sobre o tema, e politizando os moradores desta área. Ficou evidente a consciência ambiental na população, uma vez que as manifestações quanto a esta preocupação foram unânimes.

A partir da análise de conteúdo, chegou-se a estes diferentes componentes reveladores das carências socioambientais existentes e, a partir desta pesquisa, tem-se a possibilidade de construção de uma metodologia de medição do desenvolvimento socioambiental da região estudada. Para facilitar a leitura e a interpretação dos dados levantados, o Quadro 4 apresenta uma síntese final da metodologia. Ele consolida os principais achados, seus impactos e as demandas identificadas para cada variável investigada.

Quadro 4 - Proposta da Metodologia de Medição de Desenvolvimento Socioambiental

Componente Socioambiental (Variável Investigada)	Principais Constações e Desafios na APRM-B	Impacto no Desenvolvimento Socioambiental	Sugestões/Demandas (Implícitas/Explícitas)
Saúde Pública	Carência no acesso a serviços básicos (UBS, UPAs, SAMU). Distância dos serviços, baixa qualidade e demora no atendimento foram as manifestações unâmines dos entrevistados.	Obstrui o desenvolvimento socioambiental da população, dada a falha de planejamento governamental que impacta a cobertura universal e integral.	Ampliação do número de UBSs e UPAs. Melhor planejamento e execução de políticas de saúde pública para garantir acesso e qualidade dos serviços.
Educação	Dificuldades no Ensino Médio (infraestrutura, qualidade, evasão escolar, questões sociais como drogas e gravidez na adolescência) e limitado acesso ao Ensino Superior (baixa oferta de vagas públicas). Identificada também a escassez de qualificação profissional gratuita para jovens e de atividades de esporte, lazer e cultura.	Compromete a formação social e pessoal dos jovens, limitando suas liberdades e potencialidades. Gera exclusão social, desvantagem competitiva e acentua as diferenças de classe, dificultando o acesso a equipamentos públicos	Implementação de políticas para qualificação profissional gratuita (jovens), melhoria da infraestrutura e qualidade do Ensino Médio, ampliação de vagas em IES públicas e investimento em esporte, lazer e cultura
Saneamento Básico	Grande relevância para a população, com 75% das manifestações desfavoráveis. Ausência de saneamento em muitos bairros com despejo direto de esgoto na Represa Billings. Cobrança pelo serviço mesmo sem oferta e alto valor cobrado pela concessionária. Avanço de ocupações irregulares piora o quadro.	Aumenta a exposição a doenças e a poluição ambiental. Reflete precariedade habitacional (aglomerados subnormais) e vulnerabilidade socioambiental, especialmente junto a cursos d'água.	Expansão e implementação efetiva da rede de saneamento básico. Revisão das políticas de cobrança de serviços não entregues. Ações integradas para contenção e regularização de ocupações irregulares.
Violência Urbana	Sensação de insegurança generalizada que ameaça o direito de ir e vir (mencionada por 12 entrevistados). Inclui desde pequenos delitos (furtos, assaltos) até brigas interpessoais, linchamentos e crimes organizados (tráfico de drogas, roubo de cargas).	Compromete a qualidade de vida e o bem-estar dos moradores, criando um paradoxo entre orgulho local e insegurança. Gera vulnerabilidade constante e fragiliza o tecido social.	Fortalecimento das ações de segurança pública, combate ao crime organizado e implementação de programas comunitários para promover a segurança e reduzir a criminalidade.

Degradação Urbana	Relacionada à degradação ambiental na APRM-B, com proibição de novas construções e maior fiscalização ambiental (nem sempre eficaz). Alta consciência ambiental da população, apesar da persistência da degradação.	A degradação persiste mesmo com legislação e consciência ambiental, evidenciando a insuficiência da regulamentação isolada. Essas tensões socioambientais impedem a melhoria da qualidade de vida, especialmente dos mais vulneráveis.	Fortalecimento da fiscalização ambiental. Desenvolvimento de estratégias que integrem a população nas ações de mitigação da degradação. Políticas que abordem a complexidade da relação homem/ambiente para soluções mais eficazes e sustentáveis.
--------------------------	---	--	--

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Em suma, a análise dos resultados evidenciou a complexidade dos desafios socioambientais que permeiam a APRM-B, destacando que as carências em saúde pública, educação, saneamento, segurança e degradação urbana estão intrinsecamente ligadas. A consolidação desses fatores ressalta a urgência de intervenções coordenadas entre os diferentes níveis do poder público e os diversos atores sociais, visando um desenvolvimento regional mais equitativo e sustentável para os moradores desta área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo atingiu o objetivo proposto ao identificar fatores que possam ser usados na medição do Desenvolvimento Socioambiental da Área de Preservação e Recuperação de Mananciais – Billings APRM-B, do município de São Bernardo do Campo, quais sejam: saúde pública; educação; saneamento básico; violência urbana; e degradação urbana.

Esses cinco fatores identificados possuem diferentes complexidades e envolvem diversas áreas do poder público para serem atendidos, logo, a solução para os problemas socioambientais demandam a interação dos diferentes poderes de Estado para que possam ser sanados.

Pode-se afirmar que os fatores evidenciados nas falas dos entrevistados, levantados e analisados, podem contribuir para que gestores públicos os considerem nas futuras tomadas de decisões em prol do Desenvolvimento Regional Sustentável e, ainda, que sirvam de balizamento para gestores públicos de outras regiões similares.

A identificação desses fatores, fundamentada na escuta atenta dos moradores e na metodologia de análise de conteúdo inspirada no IPS, reforça a importância de uma abordagem endógena que valoriza a realidade local e as percepções dos atores locais. Esta personalização de indicadores para a APRM-B não só revela as múltiplas dimensões de vulnerabilidade, como também oferece um framework robusto e adaptado para a medição do desenvolvimento socioambiental na região, superando as limitações de métricas puramente econômicas ao integrar os aspectos humanos, sociais e ambientais, que são cruciais para a qualidade de vida e a sustentabilidade do território.

Essa personalização de indicadores para a região estudada sinalizou a possibilidade de se fazer uso de dados que vão ao encontro das necessidades atuais da população, a partir dos resultados aqui observados, o que pode ser considerado um limitador da pesquisa. Assim, sugere-se, para pesquisas futuras, a comparação com estudos similares em outras regiões de mananciais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. Q. **Vulnerabilidades Socioambientais de Rios Urbanos:** bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Organização do Espaço 2010. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro (SP).
- ALVES, H. P. F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Rev. Bras. de Estudos de População**, v. 23, n. 1, p. 43–59, 2006.
- AMARAL FILHO, J. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e Políticas públicas**, v. 23, p. 261–286, 2001.
- ARAÚJO, R. C. Análise sobre a Monocultura de Soja e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia com Base na Teoria do Desenvolvimento Endógeno. **Rev. Economia e Desenvolvimento**, v. 26, n. 1, p. 105–118, 2014.
- ARAUJO, T. B. Revisitando a Questão Regional. **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 59–76, 2006.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: FEE UFRGS, 2001.

BATALHÃO, A. C. S. *et al.* Dimensões do desenvolvimento humano: o caso da região de Ribeirão Preto, SP. **Interações (Campo Grande)**, v. 19, n. 2, p. 237–256, 2018.

BEGALLI, M. **Caracterização do Sistema SocioEcológico do distrito do Riacho Grande, São Bernardo do Campo SP.** 2013. UFABC, São Bernardo do Campo, 2013.

BELLANDI, M.; DE PROPIS, L.; SANTINI, E. Endogenous Rerouting and Longevity in Systemic Organizations of Production. Agglomeration and Firm Performance. **Advances in Spatial Science (The Regional Science Series)**. [S.l.]: Springer, 2018.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do Desenvolvimento Regional e Local: uma revisão bibliográfica. **Rev. de Des. Econômico - RDE**, v.37, n.2, p. 6–34, ago. 2017.

BORELLI, E. Vulnerabilidades sociais e juvenil nos mananciais da zona sul da cidade de São Paulo. **Revista Katálysis**, v. 15, n. 1, p. 62–69, 2012.

BRAGA, T. M. Desenvolvimento Local Endógeno: entre a competitividade e a cidadania. **Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 91, p. 1–42, 2002.

BRAMANTI, A.; RATTI, R. The dynamics innovative regions: the GREMI approach. **European De Recherche Sur Les Milieux Innovateurs**, p. 43, 2015.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Edit. Unicamp, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pndr>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRISTOW, G.; HEALY, A. Regional resilience: an agency perspective. **Handbook on Regional Economic Resilience**. Cheltenham: Edward Elgar, 2020.

BUSS, P. M. *et al.* Governança em saúde e ambiente para o desenvolvimento sustentável. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1479–1491, 2012.

CAPOBIANCO, J. P. R.; WHATELY, M. **Billings 2000**: ameaças e perspectivas para o maior reservatório de água da região metropolitana de São Paulo: relatório do diagnóstico socioambiental participativo da bacia hidrográfica da Billings no período 1989-99. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa & Projeto de Pesquisa**. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Penso, 2014.

DAWLEY, S. Creating New Paths? Offshore Wind, Policy Activism, and Peripheral Region Development. **Economic Geography**, v. 90, n. 1, p. 91–112, 2014.

FAGGIAN, A.; MODREGO, F.; MCCANN, P. Human capital and regional development. **Handbook of Regional Growth and Development Theories**. Cheltenham: Edward Elgar, 2019.

FEHDER, D.; STERN, S. **The Social Progress Index Methodology**. Watertown: Harvard University, 2013.

FONSECA JR, W. C. **Análise de Conteúdo**. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2006.

GALVÃO, J. R.; TEDESCO, C. D. Contribuições da percepção ambiental para a sustentabilidade na zona de amortecimento de unidade de conservação. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, 2022.

GAMBA, C.; RIBEIRO, W. C. Indicador e Avaliação da Vulnerabilidade Socioambiental no Município de São Paulo. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 31, p. 19, 2012.

GENNAIOLI, N. *et al.* Human Capital and Regional Development. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 128, n. 1, p. 105–164, 2013.

GOMES, J. Q. **Empoderamento como Suporte ao Desenvolvimento Regional**: um estudo de caso. Univ. de Santa Cruz do Sul - UNISC, Santa Cruz do Sul, 2011.

GOR, S. O.; GITAU, C. M. Rethinking the HDI: a more theoretically consistent alternative. **International Journal of Sustainable Development**, v. 1, n. 5, p. 85–90, 2010.

GRILLITSCH, M.; SOTARAUTA, M. Trinity of change agency, regional development paths and opportunity spaces. **Progress in Human Geography**, v. 44, n. 4, p. 704–723, 2020.

HAIR JR, J. F. *et al.* **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HERRERA, R. The neoliberal “Rebirth” of development economics. **Cahiers de la MSE**, p. 14, nov. 2006.

HIGGINS, B.; SAVOIE, D. J. **Regional Development Theories & Their Application**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2017.

IAMMARINO, S.; RODRÍGUEZ-POSE, A.; STORPER, M. **Why regional development matters for Europe’s economic future**. European Commission Directorate General for Regional and Urban Policy. Luxemburgo City: London School of Economics and Political Science, 2017.

IBGE. **São Bernardo do Campo Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-bernardo-do-campo/panorama>. Acesso em: 20 ago. 2021.

IBGE. **Pesquisa Regiões de Influência das Cidades: informações de deslocamentos para serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015.

JANNUZZI, P. M. Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas. **Rev. Bras. de Adm. Pública**, v. 36, n. 1, p. 21, 2002.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados, e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas e elaboração de estudos socioeconômicos. Campinas: Alínea, 2009.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber**: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas (Revisão téc. e adaptação da obra de Lana Mara Siman). Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

LEITE, C. K. S. **Terceira Geração de Indicadores Sociais**: indicadores sintéticos. 2020. 17 slides em PPT. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5838654/mod_resource/content/1/Aula15_Terceira%20geracao%2025nov_2020.pdf. Acesso em 19/04/2021.

MADOERY, O. El Proyecto Político Local como alternativa de Desarrollo. **Rev. Política y Gestión**, v. 2, p. 1–31, 2001.

MADUREIRA, E. M. P. Desenvolvimento Regional: Principais Teorias. **Rev. Thême et Scientia**, v. 5, n. 2, p. 8–23, 2015.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**, v. 3, n. 5, 29 fev. 2016. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/570>. Acesso em: 19 set. 2022.

MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Rev. Economia**, v. 9, n. 1, p. 1–21, 2008.

PEREIRA, J. A. *et al.* Desenvolvimento Local e Regional: Características da Microrregião de Iguatemi do Estado de Mato Grosso do Sul. **Rev. Eletr. Cient. do CRA-PR**, v. 4, n. April 2018, p. 19–35, 2017.

PMSBC. **Sumário de Dados 2012**. São Bernardo do Campo Ano-base 2011. São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, 2012.

PMSBC. **Perfil Socioeconômico - Zona Rural**. Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo. Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico, 2018.

QUEIROZ, L. M. N.; MORAIS, I. R.; ALOUFA, M. A. Expansão Urbana e Vulnerabilidade Socioeconômica: Carto (Grafias) da Cidade. **Desenvolvimento em Questão**, v. 46, n. 17, p. 268/286, 2019.

RATTI, R. **The Multi-Faced Dimensions of Local Development** in *The Dynamics of Innovative Regions* (pp. 3-44). Routledge, 2019.

SANTOS, T. A. P. **Os Sinuosos Caminhos do Desenvolvimento**: pobreza e desigualdade social no Município de Ipojuca/PE em tempos de crescimento econômico. Univ. Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SANTOS, T. M. A Abordagem das Capabilities de Sen e de Nussbaum: um estudo comparativo. **Rev. de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica**, v. 4, n. 1, p. 22, 2018.

SÃO PAULO, Governo do Estado de. **Proposta para criação de unidade de conservação no entorno da represa Billings** - Parque Estadual. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Instituto Florestal do Estado de São Paulo, 2017.

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2011.

SEN, A. **Development as Freedom**. New York: Oxford University Press, 2000.

SOTARAUTA, M. **Leadership and The City: power, strategy and networks in the making of knowledge cities**. **Regional Studies Association**, Routledge, New York: 2016.

SOUTO MAIOR, M. M.; CÂNDIDO, G. A. Avaliação das metodologias brasileiras de vulnerabilidade socioambiental como decorrência da problemática urbana no Brasil. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 31, p. 241–264, 2014.

SOUZA, H. G. *et al.* Uma análise espacial de como o crescimento e a desigualdade afetam a pobreza no Brasil. **Rev. de Adm. Pública**, v. 55, n. 2, p. 459–482, 2021

STIGLITZ, J. **The price of inequality: how today's divided society endangers our future**. New York: Norton & Co Inc., 2012.

STORPER, M. **The Regional Economy**: Territorial Development in a Global Economy. New York: Guilford Press, 1997.

TÖDTLING, F.; KOBAYASHI, A. B T - International Encyclopedia of Human Geography (Second Edition). **Endogenous Regional Development**: origins, key ideas and present relevance. Viena: Institute for Multi-Level Governance and Development, 2020. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780081022955101210>. Acesso em: 19/04/2022.

TOMANEY, J. Region and place III: Well-being. **Progress in Human Geography**, v. 41, n. 1, p. 99–107, 2017.

URBINATTI, A. M.; OMORI-HONDA, S. L.; CARVALHO, C. M.; FREY, K.; JACOBI, P. R.; GIATTI, L. L. 'Nexus' Narratives in Urban Vulnerable Places: Pathways to Sustainability via Municipal Health Programs in Brazil. **World**, v. 4, n. 1, p. 21-36, 2023.